

## AGRICULTURA FAMILIAR: O TRABALHO NA PERSPECTIVA DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Marisa Hartwig - UFSC  
[marisahartwig@hotmail.com](mailto:marisahartwig@hotmail.com)

**Resumo:** As mudanças no trabalho e na produção da agricultura familiar são expressão da expansão do capital em todas as instâncias no mundo do trabalho, recriando formas para a sua manutenção. O trabalho na agricultura familiar integrado com as indústrias está totalmente subsumido ao capital, visto que, quando o capital, na sua eterna busca pela valorização, tem a possibilidade de apropriar-se do trabalho e do modo de produzir na agricultura familiar — mesmo que sejam pequenas unidades —, ainda assim acaba encontrando formas de extrair algum valor, o que denota que tal sistema não possui limites. Nesse sentido, o modo de produção capitalista está dado, não surge com a agroindústria, e mostra que não há nada de idílico no campo, o que impera é a valorização do capital, na sua incessante busca por valorização. É o movimento contraditório expresso nas relações sociais.

Discutir as transformações no mundo do trabalho e na produção, especificamente na agricultura familiar, subjugada ao modo de produção capitalista, nos remete à análise sobre como esse processo se apresenta na conjuntura social e política, nacional e internacional.

As transformações na agricultura familiar só podem ser compreendidas em sua totalidade se as considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento das forças políticas no conjunto do sistema econômico. Ou seja, essas transformações, em sua essência, representam sua adequação ao sistema capitalista, tendo como reflexo as transformações por que passa o próprio capital<sup>1</sup>.

Para compreender o trabalho na agricultura familiar, é preciso compreender o trabalho numa perspectiva materialista histórica. Nesse sentido, Marx e Engels (1846), na obra *Ideologia Alemã*, identificam o primeiro ato histórico em que os homens se distinguem dos animais por meio da produção dos seus meios de vida, ou seja, produzindo sua vida material pelo trabalho.

Marx (1983), de uma forma geral, discorre por centenas de páginas sobre a definição de trabalho, com o objetivo de mostrá-lo na forma específica capitalista, que evidencia a centralidade do trabalho no sistema de produção capitalista. Discute o processo no capítulo V de *O capital*, onde faz a distinção entre o processo de trabalho (que se refere ao trabalho concreto e que produz valor de uso), o processo de formação

---

<sup>1</sup> Mézáros entende que “capital e capitalismo são fenômenos distintos, onde o capital antecede o capitalismo e é a ele também posterior” (2002, p.15).

do valor (trabalho abstrato<sup>2</sup> que produz valor de troca) e o processo de valorização (trabalho produtivo que produz a mais-valia). Trata-se, portanto, de trabalho que serve diretamente ao capital, como instrumento da sua autovalorização, como meio para a produção de mais-valia.

À continuação, apenas no capítulo VI, Marx (1969) vai tratar do conceito de trabalho produtivo da forma social-histórica do capital, onde somente pode ser trabalhador produtivo quem vende sua força de trabalho e, conseqüentemente, essa força de trabalho incide em gerar mais-valia, ou seja, mais trabalho, que gera diretamente a valorização do capital de quem é proprietário dos meios de produção.

Portanto, o que acontece no modo de produção social capitalista é uma cisão entre as duas classes, onde uma classe é proprietária dos meios de produção e a outra classe da força de trabalho. Isso obriga as duas classes a estabelecer uma relação que resulte numa mercadoria, pois através da venda da força de trabalho ao capitalista e dono dos meios de produção, este pode valorizar seu capital a partir da extração de mais-valia.

Trabalho produtivo ou trabalho improdutivo, por essa razão, se definem a partir da relação social de produção estabelecida, em que aparecem ao mercado o dono dos meios de produção e o trabalhador com a venda da sua força de trabalho, onde a força de trabalho é considerada uma mercadoria.

A relação exposta acima nos remete ao trabalhador na agricultura familiar quando produz para o consumo, onde ele exerce um trabalho improdutivo, e quando produz parte para o consumo e outra parte para a venda (mercadoria), que resulta num trabalho abstrato (valor de uso e valor de troca) sem valorização do capital. De modo que, mesmo obtendo o valor de troca a partir da venda de mercadorias, este se constitui em mais valor de troca com outras mercadorias, já que o agricultor necessita adquirir outros complementos para a sua produção.

A força de trabalho na agricultura familiar, no caso da integração da produção de fumo com as indústrias, serve de meio para a valorização do capital, ou seja, o trabalho na agricultura familiar acaba tornando-se uma peça na engrenagem da valorização do capital, quando este necessita entregar a produção (mercadoria) para a empresa integradora. Dessa forma, deixa de produzir para a subsistência e produz para a empresa capitalista.

---

<sup>2</sup> Segundo Marx, o trabalho abstrato é dispêndio de força de trabalho social, ou seja, trabalho geral, sem especificidade, e não pode ser constatado empiricamente.

Nesse contexto, percebe-se que o trabalho na agricultura familiar, na sua integração com as indústrias, está totalmente subsumido ao capital, visto que, quando o capital, na sua eterna busca pela valorização, tem a possibilidade de apropriar-se do trabalho e do modo de produzir na agricultura familiar — mesmo que sejam pequenas unidades —, ainda assim acaba encontrando formas de extrair algum valor, o que denota que tal sistema não possui limites.

As saídas encontradas pelos agricultores familiares diante das mudanças na produção e no trabalho são em grande parte tomadas individualmente como: mudar a produção diversificada pela monocultura; integrar-se com as agroindústrias; adquirir padrões tecnológicos que levam ao endividamento; realizar trabalho externo (diarista) em propriedades latifundiárias (soja, arroz); alongar a escolarização dos filhos que é um movimento mundial; e, por último, aumentar o êxodo rural, concentrando-se na periferia do centro urbano<sup>3</sup>.

No entanto, o que se percebe em qualquer uma destas saídas citadas acima, sejam elas combinadas ou isoladas, é o aumento e a intensificação do trabalho, além da dependência por parte do agricultor, seja de auxílio técnico, seja na compra de novos meios de produção (implementos agrícolas), seja na exclusividade da entrega de sua produção para indústria a qual está integrado.

Esses fatores acabam contribuindo para uma receita muita alta de gastos na produção integrada, uma vez que a indústria subsidia os implementos necessários para a produção, que serão descontados no decorrer da safra e entregues em produção, já que o agricultor encontra-se descapitalizado. Os contratos com as indústrias são fechados sob o aspecto de subsídios, por parte da empresa, e entrega do produto (mercadoria), por parte do agricultor. No entanto, no decorrer da produção, os preços do produto alteram o seu valor real, o que implica em não conseguir pagar tudo que foi subsidiado, remetendo uma dívida para o próximo plantio.

Isso demonstra uma das formas que o capital tem de se apropriar ainda que de pequenas unidades de produção, pois conforme o exposto, o produtor terá que ampliar a produção para conseguir liquidar a dívida anterior, e isso demanda em intensificar e aumentar o trabalho, adequando-se às demandas da empresa integradora.

---

<sup>3</sup> Ver mais em Hartwig, 2007.

Para buscar compreender a relação do trabalho do agricultor familiar no processo de integração<sup>4</sup> com a agroindústria e apreender o movimento e as formas que o capital cria na constante busca de sua autovalorização.

A agricultura familiar integrada com as novas necessidades (técnicas de plantio, melhoramento de sementes, entre outros) mediante uma perspectiva do paradigma do avanço tecnológico, que insere ou adapta a produção de culturas de acordo com as necessidades do movimento do capital. No entanto, muitas dessas abordagens carecem de análises do movimento<sup>5</sup> que causa essas mudanças que acabam por alterar a produção da vida no campo modificando sua forma de produzir, sua relação com o trabalho, bem como o impacto na estrutura familiar. O modo de produção capitalista se processa a partir do proletariado assalariado, desprovido de meios de produção e juridicamente livre, produz mais-valia e a força de trabalho se converte em mercadoria.

A oferta e demanda de trabalho se processam nas condições da existência de um exército industrial de reserva, em que os bens de produção assumem a forma de capital, ou seja, de propriedade privada destinada à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso<sup>6</sup>, mas de valor de troca<sup>7</sup>, que se destina ao mercado, e que são estabelecidos através das transformações das relações sociais.

Nesse contexto, Marx define a chamada acumulação primitiva como um:

Processo que cria a relação-capital, na separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (1985, p. 262).

---

<sup>4</sup> Strieder (2000) afirma que a integração reproduz o modo de produção capitalista, mas como a forma de produção capitalista é por si só contraditória, a produção integrada tem a imanência da contradição. Uma contradição na qual existe a possibilidade revolucionária, e que encontra impulso na necessidade do sistema de integração em construir e produzir um homem mais confiante, mais autônomo e com mais decisões a tomar. O autor trabalha com o conceito de trabalho humano abstrato, seguindo a lógica do desenvolvimento das formas materiais, o ser humano estaria em condições de, pela apreensão do devir legado pelo trabalho humano abstrato, transformar-se em um ser conceitual, capaz de abstrair a materialidade do mundo, tornando-a mais humana e mais solidária (p.17–19). Nossa análise, contrária a do autor, parte do princípio que o trabalho na produção integrada desumaniza o trabalhador, condicionando-o à adaptação das exigências de demandas do mercado mundial, em uma produção monocultora, exclusiva, específica, que carrega todos os mecanismos para explorar de forma real e formal todos os integrantes das famílias de agricultores integrados.

<sup>5</sup> Conforme o censo demográfico 2010 84% da população brasileira reside na zona urbana, enquanto que 16% permanecem no campo. Em 2000 o censo demográfico registrava 81,22% da população brasileira residindo na zona urbana. Esse processo de concentração populacional tem suas raízes nos anos de 1960 e 1970. De acordo com os censos do IBGE, na década de 1930, 13 milhões de pessoas trocaram o campo pela cidade e, nos dez anos seguintes, esse número se elevou para 15,5 milhões. Tudo indica que desde 1970, quando a população rural passou a ser minoritária, até os dias de hoje, mais de 40 milhões de brasileiros migraram do campo para a zona urbana (GONÇALVES, 2001, p. 174).

<sup>6</sup> Segundo Marx, o valor de uso se obtém a partir do trabalho concreto.

<sup>7</sup> Valor de troca tem relação com o trabalho abstrato, trabalho geral sem especificidade no processo de formação de valor das mercadorias.

A chamada acumulação primitiva é, portanto, um processo histórico de separação entre produtor e meio de produção.

Após essa breve exposição, buscamos elencar autores como Gorender (2002); Sampaio (2003); Stedile (2005) e Fernandes (1976) que a partir de seus estudos discorrem sobre a origem do processo de acumulação do capital no Brasil.

A formação do capitalismo, no Brasil, segundo Gorender (2002), tem sua origem no modo de produção escravista colonial, onde os escravos foram substituídos por trabalhadores livres, e uma vez livres e despossuídos de todas as formas de propriedade, condicionam e instituem a extração da mais-valia relativa<sup>8</sup> da força de trabalho. Ou seja, mais trabalho, que gera diretamente a valorização do capital do proprietário dos meios de produção.

Concomitantemente, cria-se em 1850 a Lei de Terras, com o objetivo de destinar propriedades somente àqueles que possuíssem dinheiro para comprá-las, ao mesmo tempo em que se criavam as bases para a organização de um mercado de trabalho livre em substituição ao sistema escravista, que consolida a forma de sustentação do modo capitalista de produção que é a divisão das classes: de um lado, os que detêm a propriedade privada; do outro, os trabalhadores que, para produzir sua vida material, só lhes resta vender sua força de trabalho, produzindo para o capital.

Assim, percebe-se que a dissolução do modo de produção escravista foi uma condição necessária para a instituição do atual sistema capitalista de produção.

Desse modo, a agricultura brasileira começou a existir concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política<sup>9</sup> do país, e principalmente da formação em seu interior de uma economia de mercado, ainda no período colonial, fundada na produção monocultora de exportação do algodão, açúcar e café.

Segundo Szmrecsányi (1990),

a expansão da produção monocultora do café no Brasil, deu origem ao ciclo de crescimento da economia agro-exportadora, o qual revestiu-se de características distintas de ciclos anteriores, ainda no período colonial. Isto se deu principalmente pelo fato do deslocamento do eixo da economia brasileira do Nordeste para o Sudeste, segundo pelo fato de promover a vinculação do Brasil a novos parceiros comerciais e financeiros, em especial aos Estados Unidos, e terceiro por ter criado as bases para a industrialização, processo este que levaria a profundas mudanças (1990, p.19).

---

<sup>8</sup> Segundo Marx, a mais-valia relativa se dá a partir da redução do tempo de trabalho necessário para o trabalhador produzir seus meios de subsistência diários, passando parte desse trabalho, ou seja, parte desse tempo de trabalho, para o capitalista, o que resulta em mais trabalho não para si, mas para outros.

<sup>9</sup> A independência política em 1822 trouxe, de um lado, a criação das condições institucionais requeridas para a formação de uma economia nacional, e de outro, a internalização dos mecanismos decisórios e do sistema de poder (SZMRECSÁNYI, 1990, p.18).

Portanto, a economia cafeeira ocorreu basicamente entre 1822 e 1875, dando origem a um novo tipo de empresário no Brasil, à medida que era uma atividade capitalista baseada no trabalho escravo de caráter permanente, contrária àquela do cultivo do algodão temporário, o que condicionava uma menor necessidade de injetar capital, visto que a produtividade era permanente, atendendo assim um maior número de empresários rurais, pois o maior investimento centrava-se na compra de escravos.

Com a dissolução do modo de produção escravista, em 1889, cria-se a possibilidade da constituição do modo capitalista de produção, ou seja, a relação capital trabalho, que pressupõe trabalhadores livres para a exploração, assim como um redirecionamento da economia voltada ao mercado externo em prol do capital.

Avançando historicamente, Sampaio (2003) faz uma análise dos períodos da história do Brasil e conclui que no período da chamada Era Vargas, sobretudo entre os anos de 1930 a 1945, a economia primário-exportadora passou para uma economia industrial, sendo o Estado<sup>10</sup> o mentor principal dessa mudança, alicerçado na associação entre capital do Estado e capitais privados nacionais.

Após a morte de Vargas, houve uma invasão de capital estrangeiro que provocou a desnacionalização da indústria brasileira, apoiada pelas forças antinacionais reacionárias. E, a partir de 1964, com o golpe militar, a economia passa então a ser comandada pelo capital transnacional, que institui um modelo de “modernização” baseado no predomínio das regras do mercado.

Desse modo, assiste-se à consolidação do setor primário que engloba a agricultura familiar integrada à agroindústria, ou ainda, ao chamado Agronegócio, pequenos, médios e grandes empresários rurais integrados ao mercado mundial, o que supera a dicotomia entre agricultura e indústria, ao englobar a produção, a industrialização e o comércio de produtos agrícolas num mesmo patamar. Não há limites, o capital se expande em todos os setores da economia.

---

<sup>10</sup> O modelo nacional-desenvolvimentista defrontou-se com duas contradições estruturais que acompanham o Brasil desde o período colonial. A primeira é o abismo social, que divide a sociedade brasileira desde suas origens em dois segmentos bem separados: senhores e escravos, que após o fim da escravidão continuou entre classes dominantes e dominadas. A segunda, a dependência externa, visto que os detentores de tecnologia eram de origem estrangeira e cobravam preços altíssimos para transferi-los às empresas brasileiras. Em meados da década de 1950, no governo de Juscelino Kubitschek, começam a instalar-se grandes empresas estrangeiras que dão origem à dívida externa no Brasil (SAMPAIO, 2003, p. 24-25).

Essa transformação foi justificada, num primeiro momento, pela necessidade de aumentar a produção de alimentos para combater a fome no país, com o argumento de que o sistema de agricultura tradicional era pouco eficiente na produção de alimentos, de modo que era necessário modernizá-lo. Sendo assim, o sistema de produção foi introduzido no Brasil através do chamado "pacote tecnológico"<sup>11</sup>, e o Estado<sup>12</sup>, para isso, valeu-se do sistema de crédito subsidiado, da assistência técnica e da pesquisa pública e privada, bem como do apoio de cooperativas, sindicatos e até mesmo de igrejas, que acreditavam ser esta proposta viável para a pequena produção<sup>13</sup>.

O resultado dessa "agricultura moderna" foi, no entanto, muito diferente do preconizado, de proporcionar maior eficiência em relação à agricultura tradicional, pois com o desenvolvimento da agricultura supostamente não haveria mais fome no país, mas, em contraposição, os reflexos são sentidos até hoje na história da agricultura familiar

Conforme Neto:

A descapitalização dos agricultores familiares que precisam fazer altos investimentos para acompanhar o modelo tecnológico, destruição do meio ambiente com fertilizantes químicos altamente solúveis, uso intensivo de maquinários, dependência dos agricultores da indústria, pois, na "agricultura moderna", o agricultor apenas planta e colhe, ficando a indústria com a parte mais segura e lucrativa, que é o fornecimento de insumos, o beneficiamento e a distribuição da produção, resultando numa remuneração cada vez menor para o agricultor, redirecionamento produtivo através do incentivo aos produtos de exportação em detrimento da produção de alimentos, déficit energético mostrando que o modelo de "agricultura moderna" consome muito mais energia do que produz (1997, p. 56).

A partir do exposto acima, percebe-se a legitimação do Estado na formação de uma economia de mercado, através do tripé capital, trabalho e Estado, o que Mészáros (2002) denomina de tripé sociometabólico, ou seja, onde o trabalho é a base de sustentação do capital e a única forma de condicionar ativamente a reprodução do modo de produção capitalista legitimado pelo Estado.

## **REFERÊNCIAS**

---

<sup>11</sup> Segundo Sampaio (2003), essa dependência da importação de tecnologia gerou graves problemas na economia nacional, visto que o Brasil exporta produtos primários e importa produtos industrializados (p. 26).

<sup>12</sup> Oliveira (2003) reforça que o papel do Estado, na regulamentação de políticas públicas, é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir (p.40).

<sup>13</sup> Dados consultados no informativo Senac, disponível em: [www.senac.br/informativo](http://www.senac.br/informativo). Acesso em 12/02/2014.

ANJOS, Flávio Sacco. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos – operários de Massaranduba (SC)**. Pelotas: Editora UFPEL, 1995.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro, 1993.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2º ed. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1976.

FURTADO, Janice de Almeida. **Transformações e estratégias de reprodução na agricultura familiar do município de Pelotas - RS** (Artigo) UFPEL, 1997.

GONÇALVES, Alfredo José. **Migrações internas: Evoluções e desafios**. Estudos avançados. São Paulo, v. 15, n. 43, set./ dez. 2001.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. In: *A questão agrária hoje*. 3.ed. Porto Alegre, Editora URGs, 2002.

HARTWIG, Marisa. **Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares: a aparente segmentação entre rural e urbano**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

LOEBENS, Breno José. **Produtor agrícola familiar e a centralização do capital: Tunápolis – SC**. Dissertação Mestrado, Florianópolis, SC, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 2º ed. Editora Hucitec, São Paulo, 1980.

MARX, Karl. **Prefácio de para a crítica da economia política**. IN: *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. (Col. Os Pensadores), São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. L.1. v.1. 20º edição, Editora Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **O capital**. Vol. I, São Paulo: Abril Cultural, Caps. I a V, 1983.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. L. 1. O processo de produção do capital (caps. XIII a XXV), Nova cultura, 1985.

\_\_\_\_\_. **O 18 brumário de Louis Bonaparte**. In: MARX, K. ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Moscovo: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante, 1982 a. Tomo I, P.413-512.

\_\_\_\_\_. **A maquinaria e a grande indústria moderna**. In: *O capital: Crítica da economia política*, São Paulo. DIFEL, L.1,v.I, 1986.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo**. In: *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Resultados do Processo de Produção Imediata. Editora Moraes, 1969.



MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

NETO, Antônio Júlio Menezes. **Educação, sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários**. Volume 23, nº3 set/dez,1997. [www.senac.br/informativo](http://www.senac.br/informativo). Acesso em 02 de fevereiro de 2007.

NETTO, José Paulo. **O Materialismo Histórico como instrumento de análise das políticas sociais**. In: Estado e Políticas Sociais: Brasil-Paraná. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. Editora Boitempo, São Paulo, 2003.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. **História, crise e dependência do Brasil**. Cartilha nº3, 5ª Edição, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

STEDILE, Pedro João. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional-1500-1960**. 1ªed. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

SILVA, José Graziano Da. **A modernização dolorosa**. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1982.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.